

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E A AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA, EM QUEBRANGULO/AL

Josefa Adriana Cavalcante Ferro¹

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar as perspectivas e entraves vivenciados pelos agricultores familiares camponeses na comercialização dos alimentos para o mercado institucional do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no município de Quebrangulo/AL. A pesquisa revela a potencialidade da alimentação escolar como um elemento de intensificação nos cultivos agrícolas, garantindo o reconhecimento dos agricultores familiares camponeses em relação a dinâmica socioeconômica. Os procedimentos metodológicos iniciaram a partir do levantamento bibliográfico, pesquisa de campo, sistematização de ideias e conceitos relacionados ao objeto da pesquisa. Com isso, e através desses métodos, é possível concluir a relevância da atuação do PNAE para o crescimento da produção agrícola, economia local e incentivo a uma alimentação saudável.

Palavras-chave: Agricultura Familiar Camponesa. Alimentação Escolar. Intersetorialidade.

ABSTRACT

NATIONAL SCHOOL FEEDING PROGRAM AND FAMILY-BASED PEASANT AGRICULTURE IN QUEBRANGULO/AL

The following article intends to analyze the perspectives and obstacles family-based peasants go through when commercializing for the institutional market of Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE, or National School Feeding Program), in the district of Quebrangulo/AL. The mentioned research reveals the potential of school feeding as an element to intensify agricultural cultivation, ensuring the acknowledgment of family-based farmers concerning the socioeconomic dynamic. The methodological procedures started with a bibliography and field research, systematizing ideas and concepts related to the object of this study. Therefore, through these methods, it's possible to perceive the relevance of PNAE's operation to the growth of agricultural production, the local economy, and incitement to healthy eating. Keywords: Family-based Peasant Agriculture . School Feeding . Intersectionality .

Keywords: Family-based Peasant Agriculture. School Feeding. Intersectionality.

¹ Este trabalho é um fragmento da pesquisa de Doutorado, intitulada “ O PNAE e a Agricultura Familiar Camponesa, no Território da 3ª GERE, em Alagoas.

INTRODUÇÃO

No contexto histórico brasileiro a preocupação com a alimentação escolar ocorreu desde os anos 1920, ocasião em que o Brasil enfrentava problemas com a fome e a desnutrição, sendo essencial oferecer alimentação adequada para suprir as carências alimentares. De acordo com Grisa e Porto (2023), no início do século XX, as políticas alimentares, precisamente na gestão do Presidente Getúlio Vargas, estavam direcionadas para atender as necessidades alimentares dos trabalhadores, cuja força do trabalho era fundamental para o processo de industrialização do Brasil.

Peixinho (2013) assevera, que nesse período por meio do Decreto-Lei nº 2.478, de 1940, o governo criou o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), com o intuito de melhorar a alimentação dos trabalhadores com a criação dos restaurantes populares. Conforme Castro (2010, p. 20), “o governo instalou e fez funcionar restaurantes destinados aos trabalhadores e tornou obrigatório às empresas o fornecimento de refeições e a instalação de refeitórios”. Em 1941 o SAPS também assumiu uma tarefa educativa, a implantação do projeto “dejejum escolar”, para os filhos dos trabalhadores, por ser a escola o lugar pertinente de ações contra a desnutrição infantil.

Em 1945 foi criada a Comissão Nacional de Alimentação (CNA), através do Decreto nº 7.328, com as funções de elaboração das normas da Política Nacional de Alimentação, a fim de identificar as falhas e sugerir soluções, como estímulo à produção regional e às campanhas de alimentação no âmbito nacional.

Entretanto, foi o relevante trabalho do geógrafo e médico Josué de Castro, especialmente com a publicação do livro “A Geografia da Fome”, em 1946, o qual apresentou um diagnóstico sobre o mapa da fome no Brasil, como um fenômeno de ordem social e econômica, pertinentes a sociedade e não vinculada a natureza. As pesquisas realizadas por Josué de Castro resultaram em contribuições importantes para o combate à fome e à deferência da alimentação dos brasileiros, especialmente aquela direcionada às crianças.

Stefanini (1998) destaca a contribuição de Josué de Castro na 1ª edição da “Cartilha da Merenda Escolar”, em 1954, quando escreve a introdução e evidencia a necessidade de aumentar os níveis de nutrição da população brasileira e vislumbra o Programa Nacional de Merenda Escolar como fundamental para o combate à fome e a subnutrição das crianças, que resultaria no melhor desempenho dos discentes nas atividades escolares. Em 1955, várias iniciativas foram adotadas pelo governo brasileiro com relação a alimentação escolar, como a

assinatura do Decreto 37.106, o qual instituiu a Campanha de Merenda Escolar (CME), sob a responsabilidade do Ministério da Educação em busca de soluções para equacionar a fome.

Dando continuidade a essa política pública, em 1956 no período inicial do governo de Juscelino Kubitschek, houve uma alteração na nomenclatura para a Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME). Entretanto, no ano de 1965, altera-se a denominação CNME para Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE), por meio do Decreto nº 56.886/65, modifica o processo de aquisição de alimentos com a centralização das compras e distribuições dos produtos para a alimentação escolar realizada pela gestão federal (FNDE, 2022).

As centralizações continuaram nos anos 1970, porém a Companhia Brasileira de Abastecimento (COBAL) responsabiliza-se pela aquisição de alimentos para a merenda escolar e viabilizou a compra de alimentos dos agricultores familiares camponeses, trabalho realizado em parceria com os sindicatos, que tinham contato direto com esses agentes sociais. A articulação favoreceu a participação dos Estados e Municípios na efetivação da alimentação escolar, todavia a gestão financeira permanecia concentrada na escala federal.

No final da década, em 1979 o Governo Federal passou a adotar à denominação de Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), titulação vigente até a atualidade (2023). Observa-se que essa é uma das mais longevas políticas públicas do Brasil, mas para atingir a posição de programa, passou por significativas mudanças na busca de suprir as necessidades alimentares nutricionais e contribuir no desempenho educacional dos discentes.

Somente em 2009 as mudanças proporcionadas pela Lei 11.947/2009 inseriram o agricultor familiar camponês como fornecedor de alimentos para o PNAE, ao destinar no mínimo 30% dos recursos do programa à compra direta de alimentos desses agentes sociais e de suas organizações, os quais passaram a fazer parte diretamente da alimentação escolar. Tais alterações, contribuíram para a diversificação dos cultivos agrícolas e a valorizar os hábitos alimentares enraizados na cultura local (TRICHES, 2010).

Nesse contexto, o trabalho se debruça sobre o mercado institucional do Programa Nacional da Alimentação Escolar, com o fornecimento de alimentos para a rede municipal de ensino do município de Quebrangulo/AL e a efetivação da Lei 11.947/2009, com ênfase ao Art. 14 em estabelece o valor mínimo de 30% dos repasses do FNDE para a aquisição de alimentos da agricultura familiar camponesa.



METODOLOGIA

Este estudo apresenta um recorte da pesquisa de doutorado em desenvolvimento, sua análise está ancorada numa abordagem qualitativa. Para a construção desse artigo realizamos uma pesquisa bibliográfica com o intuito de aproximar ideias e conceitos do objeto de estudo, o qual proporcionou um levantamento de questionamentos relacionados a temática. Em busca de entender os aspectos relacionados as políticas alimentares, o estudo baseia-se em Grisa e Porto (2023) com abordagens referentes ao histórico do PNAE que estão ancoradas à Peixinho (2011), os conceitos de luta e resistência no combate a fome podem ser alcançados a partir das ideias de Castro (2010) e as relações de produção e consumo estão conduzidas às ideias de Triches, (2010). Registra-se também a construção para o embasamento teórico os dados secundários em instituições como o IBGE e os documentos oficiais que regem o Programa Nacional de Alimentação Escolar.

O trabalho de campo foi realizado no território de Quebrangulo-AL, com vivência nos estabelecimentos dos agricultores familiares camponeses fornecedores de alimentos para o PNAE, no qual foi dialogado com esses agentes sociais a respeito dos entraves enfrentados, as perspectivas e a relevância dessa política pública. Em seguida, foram realizadas as sistematizações dos dados e, por fim, as considerações que permeiam a relação entre agricultores familiares camponeses, a comercialização e a alimentação escolar.

Utilizamos os registros fotográficos para proporcionar uma visão do concreto, como afirma Kossoy (2002, p.27) a fotografia é a “prova da realidade”, em que objetiva alcançar o entendimento sobre o objeto em discussão. É nesse sentido, que as imagens referentes aos cultivos e assistência técnica foram consideradas instrumentos necessários à análise e alcance do objetivo, pois proporciona entender a dinâmica de cultivo dos agricultores familiares e aquisição desses alimentos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar.

REFERENCIAL TEÓRICO

A história da alimentação escolar advém dos anos 1920, momento no qual a centralidade estava na força do trabalho, e que surgem os restaurantes para alimentar os trabalhadores e, posteriormente, foi criado o “dejejum escolar”, para complementar a refeição oferecida em casa. Conforme Peixinho (2013) as primeiras ações governamentais direcionadas à alimentação e nutrição no Brasil datam da década de 1930, quando a fome e a desnutrição foram

reconhecidas como graves problemas de saúde pública no país. Após vários inquéritos alimentares constatou-se que tanto a classe operária como a população em geral tinham condições alimentares precárias.

A alimentação escolar no Brasil iniciou-se a partir de iniciativas isoladas da sociedade civil, em seguida por meio dos esforços de alguns estados e municípios até se chegar a um programa de abrangência nacional, coordenado pelo Governo Federal. Desde sua origem, a preocupação que motivava pais, professores, funcionários e diretores de escolas e outros agentes privados e que alicerçou a concepção básica do Programa público, foi a desnutrição das crianças (TURPIN, 2009).

A situação se consolida com as pesquisas realizadas por Josué de Castro, publicadas no livro “Geografia da Fome” em 1946, em que apresenta o mapa da fome e identifica como um fenômeno de ordem social. Os resultados foram relevantes para fortalecer as discussões e ações no combate a fome no Brasil. Na busca por soluções para resolver a precariedade alimentar, em 1945, o governo cria a Comissão Nacional de Alimentação (CNA), com ações pertinentes à alimentação escolar.

Somente em 1955 o governo instituiu a Campanha de Merenda Escolar (CME), sob a responsabilidade do Ministério da Educação. Nos anos seguintes foram atribuídas algumas denominações para a alimentação escolar, como: Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME) e Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE), ganhando recursos de fundos internacionais de combate à desnutrição (CONCEIÇÃO, 2019), portanto, as mudanças na estrutura e nomenclaturas foram ocorrendo ao longo das décadas, por fim, em 1979 recebe a denominação de Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O PNAE é um programa com vistas à contribuição do crescimento e desenvolvimento biopsicossocial, rendimento escolar e apoio a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos de toda a educação básica pública, efetivada por meio de ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) com distribuição universalizada de uma refeição/aluno da rede pública de ensino, em cada um dos seus 200 dias letivos, no intento de suprir as necessidades nutricionais referentes ao período em que ele estiver na escola (FRADE NOGUEIRA, 2022).

Com base nesse pensamento o histórico do Programa Nacional de Alimentação Escolar, oferece a oportunidade de conhecer os aspectos da realidade social dos alunos e incentivar a formação de hábitos alimentares saudáveis, pois entendemos que as ações do programa têm o objetivo de oferecer alimentação adequada para os alunos. Nesse sentido é importante destacar que as práticas e atuações do PNAE ganham reconhecimento como um dos maiores programas

de incentivo a alimentação do mundo. Com promulgação da Lei 11.947/2009 foi inserido a aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar camponesa, uma ideia que está integrada a valorização dos cultivos e o fortalecimento da economia local.

É na ideia das particularidades dos locais, que podemos pensar as questões relacionadas aos aspectos socioeconômicos, a participação dos agricultores familiares camponeses junto a aquisição de gêneros alimentícios para a alimentação escolar e a capacidade de promover valorização dos hábitos alimentares, vínculos com o mercado institucional do PNAE, ampliação dos campos de cultivos, promover a segurança alimentar e nutricional, entre outros elementos pertencentes a dinâmica dos territórios.

Em conformidade com Triches e Schneider (2010), as aquisições públicas alimentares para o Programa Nacional de Alimentação Escolar, surgem como potenciais reintegradores desses componentes, tendo condições de auxiliar no enfrentamento das problemáticas referentes ao consumo e à produção de alimentos. Por um lado, integram políticas de direito à alimentação, relacionadas à saúde e à nutrição da população escolar e, por outro, criam mercados para os agricultores familiares onde não existiam ou eram restritos.

Enquanto instrumento de compra institucional, nessa política pública diversos elos são formados, comprovando a eficácia desta modalidade de compra no estímulo do envolvimento dos agricultores familiares camponeses. Nesse sentido, os estudos de Rodrigues (2023) corroboram ao discutir que a aquisição de alimentos favorece os envolvidos em diversas instâncias, como a variedade de alimentos que proporciona a oferta de alimentação de qualidade para os alunos, cultivos livres de agrotóxicos, melhoria na qualidade de vida dos agricultores familiares camponeses.

Assim, as compras institucionais são alternativas à comercialização dos alimentos oriundos da agricultura familiar, que favorece aos agricultores o destino da produção, garantir renda aos produtores, trazer segurança de retorno do investimento e garantia de preço justo à produção (OLIVEIRA, 2013). Nessa propositura da aquisição de alimentos, conhecer a trajetória dos agricultores familiares junto ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, torna-se necessário com ênfase para o cultivo e o fornecimento de alimentos, no qual surgem os entraves pertinentes à organização e inserção no PNAE, em que alguns agricultores encontram dificuldades de acesso a assistência técnica, participação na chamada pública, planejamento da produção, aquisição de recursos, assim como a comercialização dos alimentos.

Stocco e Kobayashi (2016) discorrem sobre a necessidade de entender quais dificuldades os agricultores familiares camponeses enfrentam ao participarem do mercado

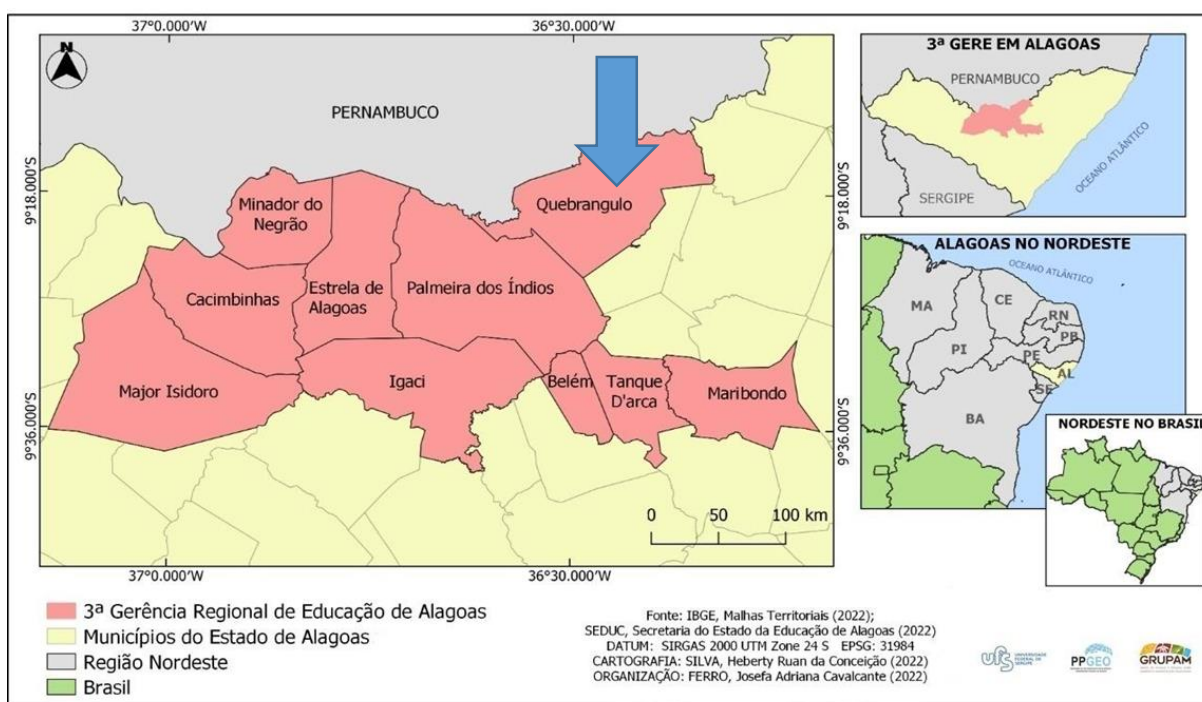


institucional do PNAE e como é realizada a organização para que sua produção atinja esse comércio que demanda, de maneira contínua alimentos para a alimentação escolar e assim fazem com que agricultores, associações e cooperativas envolvidos no PNAE planejem seus cultivos para que o fluxo de fornecimento seja regular, conforme as demandas da Entidade Executora.

É nessa trajetória da organização e fornecimento de alimentos para o PNAE, que a discussão se debruça com a participação dos agricultores familiares camponeses na alimentação escolar e a contribuição da intersetorialidade nesse processo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O município de Quebrangulo/AL ocupa uma área territorial de 319,829 km², possui 11.480 habitantes, destes 56,36% residem na área urbana e 43,64% vivem na área rural (IBGE, 2010). Quanto a ocupação do território há marcas de lutas pela terra com a existência do Assentamento Manivas Romualdo, adquirido pelo INCRA, em 2001, no qual foram assentadas 55 famílias. Atualmente, 105 famílias residem no assentamento, que cultivam alimentos e são beneficiárias dos programas sociais.





A estrutura fundiária do território em tela, conforme o IBGE (2017), conta com 729 estabelecimentos agropecuários de até 50ha e com 72 estabelecimentos entre 50ha a 2.500ha, o que evidencia a concentração de terras no município. Por outro lado, o território conta com 109 estabelecimentos identificados que não fazem parte da agricultura familiar e 691 estabelecimentos agropecuários ligados a agricultura familiar.

Esses estabelecimentos familiares rurais têm em sua prática agrícola uma diversidade de cultivos alimentares, conforme os dados do Censo Agropecuário (2017) o território de Quebrangulo apresenta os seguintes cultivos permanentes (quadro 1):

Quadro 1: Cultivos alimentares no município de Quebrangulo/AL.

Cultivos alimentares			
Permanente	Quantidade	Temporário	Quantidade
Banana (cacho)	1.335t	Abóbora	3t
Goiaba	12t	abacaxi	20t
Laranja	120t	batata doce	1.062t
Limão	20t	cana de açúcar	250t
Manga	87t	fava em grãos	59t
Maracujá	65t	feijão em grãos	720t
		mandioca	337t
		milho em grãos	3.536t
		tomate	40t

Fonte: IBGE, 2017. Adap. por FERRO, 2023.

Acrescenta-se os cultivos de alface (1t), inhame (35t) e pimentão (1t), que atendem primeiramente às necessidades familiares, e parte da produção é comercializada na feira livre e no mercado institucional do PNAE. No entanto, esses alimentos elencados não foram catalogados no último censo do IBGE (2017), entretanto a realização do trabalho de campo nos proporcionou conhecer a realidade nos estabelecimentos rurais, em que foram identificados cultivos diversificados e relevantes para o sistema agroalimentar. Além disso, verificamos junto a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente (SAMA) e confirmados na visita de campo, os agricultores familiares camponeses também cultivam abóbora, abacate, acerola, banana comprida, berinjela, cajá, caju, chuchu, couve, coco verde, coentro, graviola, melancia, seriguela e ovos.



Figura 1- Alimentos cultivados pelos agricultores familiares camponeses.



Fonte: SAMA, 2023.

Os cultivos acima mencionados são adquiridos pelo PNAE e inseridos na alimentação escolar, para esse fim é fundamental o trabalho exercido pela SAMA, como as informações sobre a vocação agrícola, sazonalidade dos alimentos e a quantidade disponibilizada no município, essa é uma parceria relevante para a execução do PNAE.

A atuação da equipe técnica da SAMA atende aos agricultores familiares camponeses, oferece-lhes apoio e orientações sobre as técnicas de plantio, correção do solo, podas, doação de calcário e calda de bordalesa (resulta da mistura de sulfato de cobre com cal virgem, diluídos em água), bem como reuniões para discussões pertinentes aos cultivos alimentares (Figura 2) e a criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, são ações para que o agricultor familiar camponês obtenha alimentos para o autoconsumo, mercados institucionais do PNAE e PAA e também a feira livre (Interlocutora I, informação verbal, 2023).



Figura 2- Atividades realizadas pela SEMAGRI nos estabelecimentos rurais quebrangulenses.



Fonte: SAMA, 2023.

Desse modo, em 2022 o referido município utilizou 53,40%, que totalizou em R\$ 222.858,46 dos repasses provenientes do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) destinados à compra de alimentos da agricultura familiar camponesa, para o preparo da comida a ser oferecida aos alunos da rede municipal (SEMED, 2022).

Nesse segmento tem-se acompanhado, através dos dados do FNDE, a aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar camponesa do referido município desde os idos de 2016, em que o trabalho desenvolvido pela Entidade Executora, juntamente com as parcerias têm alcançado relevante percentual dos repasses do FNDE para a aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar camponesa. Dessa forma, o quadro1 apresenta os dados relacionados aos períodos mencionados, os quais conformam a efetivação da Lei 11.947/2009, no tocante a valorização e a compra dos alimentos locais.

Quadro 1- Aquisição de alimentos da agricultura familiar camponesa, no município de Quebrangulo/AL.

Ano	Percentual de compra
2016	29,40%
2017	35,20%
2018	53,20%
2019	57,60%
2020	51,60%
2021	44,90%
2022	53,60%

Fonte: FNDE, 2023.



Os dados obtidos no Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SIGPC-contas online), demonstram que o município após 2016 conseguiu ampliar a aquisição de alimentos os quais ultrapassam o que preconiza a Lei 11.947/2009, em que determina que a Entidade Executora utilize no mínimo 30% dos recursos para a compra de alimentos da agricultura familiar camponesa. As mudanças reverberam na alimentação dos alunos, a análise dos cardápios permitiu identificar a presença de alimentos saudáveis.

Foram identificados nos cardápios da rede municipal de educação os seguintes alimentos: carne, ovos, frango, legumes, leite, manteiga, frango, melancia, banana, goiaba, laranja, abacaxi, maracujá, batata doce, feijão e hortaliças. Observa-se que dentre os alimentos oferecidos, além daqueles oriundos da agricultura familiar camponesa, evidencia-se também alguns “alimentos/produtos” processados que ainda compõem a alimentação escolar, como macarrão, arroz, charque, cuscuz (flocão) e achocolatado, porém estão acobertados pela Resolução 06/2020, Art. 21 afirma que no máximo 20% do orçamento pode ser destinado para a aquisição desses alimentos/produtos e 5% para ingredientes culinários processados.

Conforme Grisa e Schneider (2015, p, 39) [...] o PNAE “têm contribuído para a valorização da produção local/regional, ecológica/orgânica e têm ressignificado os alimentos da agricultura familiar”. Observa-se que a Entidade Executora do município de Quebrangulo vem realizando o programa mediante o que preconiza a Lei 11.947/2009, no que se refere a aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar camponesa, no entanto, ainda estão presentes na alimentação produtos provenientes de um processo de industrialização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inserção do agricultor familiar camponês nesse mercado institucional do PNAE, proporciona o incentivo à diversidade de cultivos, como também é um instrumento importante para a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Portanto, a aquisição de alimentos pelo PNAE no município de Quebrangulo, desde 2017 ultrapassou os recursos mínimos (30%), recomendado pela Lei 11.947/2009. Ao destacar o ano em análise (2022) a Entidade Executora efetivou a aquisição de 55% de alimentos provenientes da agricultura familiar camponesa os quais viabilizam a elaboração dos cardápios com alimentação diversificada e saudável para 3.586 alunos, com o total de 979.600 refeições.

É relevante mencionar a intersectorialidade com destaque para o desempenho e envolvimento da equipe da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente junto aos agricultores familiares camponeses, na orientação e apoio técnico para os cultivos alimentares, que proporcionam aos alunos a oferta de uma alimentação elaborada de acordo com os princípios nutricionais.

No entanto, foi perceptível no trabalho de campo que outros agricultores encontram dificuldades para acessar plenamente o PNAE, devido o processo burocrático, a ausência de documentos e informações, dificulta a participação na chamada pública, a fragilidade na mobilização dos setores para ampliar a quantidade de agricultores/fornecedores. Soma-se a esses elementos a necessidade do fortalecimento do associativismo e cooperativismo, que favorecem o acesso as chamadas públicas. Estas são reflexões pertinentes à continuidade das pesquisas sobre o PNAE no município de Quebrangulo e em outros territórios.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Ministério da Educação. Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009.** Disponível em: <https://www.fn.de.gov.br/index.php/legislacoes/institucional-leis/item/3345-lei-n-11947-de-16-de-junho-de-2009>. Acesso em: 18 ago. 2022.

BRASIL. Decreto nº 37.106. **Companhia da Merenda Escolar.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-37106-31-marco-1955-332702-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução 06/2020. **Alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.** Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-6-de-8-de-maio-de-2020-256309972>. Acesso em: 03 nov. 2023.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Sistema de Gestão de Prestação de Contas: **Contas Online.** Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/assuntos/sistemas/sigpc-contas-online>. Acesso em: 20 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto nº 56.886, de 20 de setembro de 1965. **Comissão Nacional de Alimentação.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-56886-20-setembro-1965-397151-publicacaooriginal>. Acesso em: 25 ago. 2023.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.478, de 5 de agosto de 1940. **Serviço de Alimentação da Previdência Social (S.A.P.S.).** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-2478-5-agosto-1940-412428-publicacaooriginal>. Acesso em: 24 ago. 2023.



BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto-Lei nº 7.328**, de 17 de fevereiro de 1945. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7328-17-fevereiro-1945-452032-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 24 ago. 2023.

CASTRO, Anna Maria de. **Trajetória do combate à Fome no Brasil**. In Fome Zero: Uma História Brasileira. Organizadora: Adriana Veiga Aranha-Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Assessoria Fome Zero, v. 1, p. 18-25, 2010.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome** (o dilema brasileiro: pão e aço). 10ª ed. Rio de Janeiro: Antares, 1984.

CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da. História da alimentação escolar no Brasil: **algumas questões sobre políticas públicas educacionais, cultura escolar e cultura alimentar**. anpuh-Brasil. 30º Simpósio Nacional de História- Recife, 2019.

FRADE NOGUEIRA, D. T. de A. Programa Nacional de Alimentação Escolar: **aspectos históricos, base legal e financiamento**. Jornal de Políticas Educacionais. V. 16, e 87355. Setembro de 2022.

GRISA, C., & PORTO, S. I. (2023). Políticas alimentares e referenciais setoriais na trajetória brasileira. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 61(3), e 259390. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2022.259390pt>

GRISA, C.; SCHNEIDER, Sergio. **Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil**. (2015). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/rVgHTgTzPC9WdsndRqMPtmf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 5 abr. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso: 06 fev. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censodemografico/demografico-2010/inicial>. Acesso em: 23 ago. 2022.

KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. Cotia/SP: Ateliê Editorial, 2002.

OLIVEIRA, Luan Lustosa Nicolau de. **Programa Nacional de Alimentação Escolar**. 2013. Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

PEIXINHO, Albaneide Maria Lima. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: **relato do gestor nacional**. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/386B5JLGr4qtcmc8FZytzQL/?lang=pt>. Acesso em: 09 jan. 2023.

RODRIGUES, Aline Rocha. journal of education, science and health – jesh. Agricultura familiar no contexto das compras institucionais: estudo de caso do programa nacional de alimentação escolar. **Journal of Education, Science and Health** 3 (1), 01-13, jan./mar., 2023.



STEFANINI, Maria Lucia Rosa. **Merenda escolar: história, evolução e contribuição no atendimento das necessidades nutricionais da criança.** São Paulo, 1998. Tese (Doutorado em Saúde Pública). Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.

STOCCO, Lucas Conde. KOBAYASHI, Thiago Callado. **Dificuldades de participação no programa nacional de alimentação escolar encontradas por agricultores familiares das microrregiões de Uberaba e Uberlândia.** II Seminário Internacional de Pesquisa em Políticas Públicas e Desenvolvimento Social. 2016.

TURPIN, M. E. A alimentação escolar como fatos de desenvolvimento local por meio do apoio aos agricultores familiares. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 20-42, 2009.

TRICHES, R. M. Reconnectando a produção ao consumo: **a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para o Programa de Alimentação Escolar.** Porto Alegre. UFRS, 2010.

TRICHES, Rozane Márcia; SCHNEIDER, Sergio. Reconstruindo o “elo perdido”: a reconexão da produção e do consumo de alimentos através do Programa de Alimentação Escolar no município de Dois Irmãos (RS). **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 17, n. 1, p. 1-15, jan. /jun. 2010.